


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 13 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, \_\_\_\_\_, Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1001359-27.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**  
Requerente: Zelinda do Prado Hortellani  
Requerido: Banco Bradesco Financiamento S/A e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

ZELINDA DO PRADO HORTELANI, qualificada nos autos, promove contra BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. E BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADOS S/A a presente ação ordinária alegando, em resumo, os requeridos lhe cobram os valores que menciona referente aos empréstimos consignados e débitos em conta corrente; que os descontos devem ser limitados a 30% (trinta por cento) da remuneração líquida mensal; que os contratos devem ser revistos nos moldes descritos e que os requeridos apresentem planilha atualizada de débito. Pede a procedência da ação para esses fins.

Às págs. 130/131 foi deferida tutela para determinar que os requeridos limitassem os descontos na conta corrente da autora em 30% (trinta por cento).

Banco Bradesco Financiamentos S.A. contestou a ação aduzindo, preliminarmente, carência da ação e que a autora interesse processual. No  
**1001359-27.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

mérito, sustentou que a autora espontaneamente aderiu aos contratos; que o contrato faz lei entre as partes; que os descontos não são superiores a 30%; que a autora afirma que os descontos correspondem a 23,77 %; que os contratos não devem ser revistos; que a autora consentiu com todas as suas cláusulas; que a autora não faz jus a repetição do indébito. Pediu a improcedência da ação, se não acolhidas as preliminares (págs. 138/154).

Banco Itaú BMG Consignado S/A. contestou a ação aduzindo, preliminarmente, inépcia da inicial. No mérito, sustentou que o contrato faz lei entre as partes; que os descontos efetuados não ultrapassam a margem de 30% (trinta por cento) permitida; que a revisão dos contratos não é necessária; que as taxas e juros estabelecidas nos contratos são legais e com elas a autora anuiu; que agiu no exercício regular do direito. Pediu a improcedência da ação e a condenação da autora em litigância de má-fé (págs. 223/240).

A autora manifestou-se sobre a contestação (págs. 180/191).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

Manifesto o interesse de agir da autora que busca a redução do percentual de descontos efetuados em sua conta bancária proveniente de empréstimos contratados junto aos requeridos, sob a alegação de não poder suportá-los na forma existente.

O pedido formulado pela autora atende as exigências do artigo 319 da lei processual com pretensão certa, bem determinada e com os documentos necessários, estando apto a ser processado, não havendo que se falar em inépcia da inicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

No mais, a pretensão inicial procede em parte.

Com efeito, pretende a autora a limitação dos descontos por parte dos requeridos em 30% (trinta por cento) junto sua remuneração líquida mensal.

É certo, que incidindo sobre os salários da autora estes débitos devem ficar limitados a trinta por cento do seu valor permitindo a ela, com o restante, suprir as suas necessidades mensais básicas.

Observando-se os documentos apresentados pelos requeridos, restou demonstrado que não há cobrança superior a 30% (trinta por cento), não havendo que se falar em limitação.

Ademais, a limitação de 30% (trinta por cento) dos descontos, refere-se tão somente aos débitos consignados.

Nesse sentido já se decidiu:

RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÕES DE MÚTUO FIRMADO COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCONTO EM CONTA-CORRENTE E DESCONTO EM FOLHA. HIPÓTESES DISTINTAS. APLICAÇÃO POR ANALOGIA, DA LIMITAÇÃO LEGAL AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO AO MERO DESCONTO EM CONTA-CORRENTE, SUPERVENIENTE AO RECEBIMENTO DA REMUNERAÇÃO. INVIABILIDADE. DIRIGISMO CONTRATUAL, SEM SUPEDÂNEO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE." (Recurso Especial nº 1.586.910 – SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 03/10/2017)

No mais, pretende a autora que os contratos sejam revistos, porém sequer especifica as cobranças que entende indevidas e ilegais.

A justificativa oferecida, contudo, não inibe a pretensão dos requeridos em receber os valores contratados, pois o valor mutuado e os respectivos encargos foram previamente estabelecidos e livre e espontaneamente a eles anuiu a autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Nada existe de ilegal, portanto, em relação aos valores e encargos exigidos que guardam relação com o contratado.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora no pagamento das custas processuais e, honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 15 de agosto de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA